

RELATÓRIO DO VII CONGRESSO ORDINÁRIO DA ASCEMA NACIONAL



ACADEBIO – AGOSTO/2017



Sumário

15 DE AGOSTO	4
I. ABERTURA	4
16 DE AGOSTO	6
II. INFORMES NACIONAIS	6
III. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA POLÍTICA NACIONAL E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS	7
Ricardo Festi (Professor da UNICAMP)	7
Maryanne Galvão (Pesquisadora da UNICAMP).....	7
Victor Pagani (DIEESE).....	8
IV. RECURSOS: Asibama-DF, Asibama-AC e Asibama-PB	9
4.1. Asibama-DF.....	9
4.2. Asibama-AC	10
4.3. Asibama-PB.....	10
V. REGIMENTO INTERNO	10
VI. INFORMES DOS ESTADOS	10
Acre:	10
Amazonas:	10
Ceará:.....	11
Distrito Federal (Assemma):.....	11
Espírito Santo:	11
Goiás:.....	11
Mato Grosso:	11
Mato Grosso do Sul:	11
Minas Gerais:.....	11
Pará:	12
Pernambuco	12
Piauí:.....	12
Rio de Janeiro:	12
Rio grande do sul:.....	12
Rondônia:.....	12
São Paulo:.....	12
Tocantins:	13
Rio Grande do Norte (Ascema-RN):	13
17 DE AGOSTO	14
VII. FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO.....	14
André Luiz Martins Alamino (Coordenador de Fiscalização do ICMBio)	14
Renê Luiz de Oliveira (Coordenador Geral de Fiscalização do IBAMA).....	14
VIII. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE AS ENTIDADES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO	15
8.1. Relatório sobre as Entidades em Processo de Exclusão (Plano de Quitação de Dívidas e Aplicação de Penalidades).....	16
IX. APRESENTAÇÃO DOS SERVIDORES DO PECMA	18
9.1. Propostas Apresentadas	18
X. RELATÓRIO DO GT NACIONAL – NÍVEL INTERMEDIÁRIO	19
XI. APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO CONSELHO FISCAL	19
XII. COMISSÃO ELEITORAL	20
18 DE AGOSTO	21
XIII. BALANÇOS DA GESTÃO (2014-17) E DO MOVIMENTO	21
XIV. MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE	22
XV. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DISCUTIDAS E DELIBERADAS NAS ASSEMBLEIAS NOS ESTADOS	23
Acre	23
Amazonas	23
Distrito Federal (Assemma).....	23
Espírito Santo	23



Minas Gerais.....	23
Piauí.....	24
Goiás.....	24
Mato Grosso.....	24
Rio de Janeiro.....	24
Ceará.....	24
Tocantins.....	24
Pará.....	24
Mato Grosso do Sul.....	24
Rondônia.....	24
Pernambuco.....	25
São Paulo.....	25
Rio Grande do Norte.....	25
XVI. ASSEMBLEIA GERAL: DELIBERAÇÕES.....	25
16.1. Engajamento Político da Entidade.....	25
16.2. Reforma da Previdência.....	26
16.3. Mesas de Negociação.....	26
16.4. Entidades Estaduais.....	26
16.5. Reforma Estatutária.....	27
16.6. Órgãos Ambientais.....	27
16.7. Legislação.....	28
16.8. Carreira Ambiental.....	29
16.9. Jurídico:.....	29
16.10. Plano de Lutas:.....	29
16.11. Eleição da Diretoria.....	30
16.12. Resoluções Congressuais:.....	31
16.13. Moções.....	31
XIX. INSCRIÇÃO E ELEIÇÃO DE CHAPAS PARA DIRETORIA EXECUTIVA:.....	31
XX. ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	32
ANEXOS (Links).....	34



15 de Agosto

I. ABERTURA

Composição da mesa: Emerson Luiz Nunes Aguiar (Presidente da Ascema Nacional, RO), Vera Élen Nascimento Freitas (Diretora de Assuntos Jurídicos da Ascema Nacional, SP), Sérgio Ronaldo da Silva (Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF), Marina Kluppel (Coordenadora da ACADEBIO) e Rafael Ferreira da Costa (Chefe da Flona de Ipanema).

Aos 15 dias do mês de agosto de 2017, às 21 horas, no Auditório Mário Covas, na Academia Nacional de Biodiversidade, sito à Estrada Vicinal Ipê, 265 – Km 19,5 Floresta Nacional de Ipanema - Iperó/SP, deu-se início à abertura solene do **VIII Congresso Ordinário da Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente - ASCEMA Nacional.**

Inicialmente, foi destacado pelo Presidente da Ascema Nacional a falta de estrutura e situação de precariedade na segurança dos servidores da CEMA/PECMA que atuam em campo, e a ausência de procedimentos institucionais para prestação de apoio dos órgãos vinculadas ao MMA aos servidores vítimas de acidentes de trabalho. Foi lamentada a ocorrência do recente acidente aéreo em Roraima, que resultou no falecimento de Olavo Perim Galvão, Alexandre Rochinski e Sebastião Lima Ferreira Júnior, e em graves ferimentos no servidor Lazlo Macedo de Carvalho, que se encontra em processo de recuperação. Em homenagem a estes servidores, foi realizado um minuto de silêncio. Em seguida, foi tocado o Hino Nacional Brasileiro. Os componentes da mesa deram boas-vindas ao Plenário, sendo consensual nas falas durante a apresentação a necessidade de fortalecimento da categoria para enfrentamento aos ataques do Governo Federal.

Desfeita a mesa inicial, foram convidados a comporem a mesa: Cláudio Rodrigues Fabi (SP), José Mário Amaral (RS) e Rômulo George Sales Silveira (CE). A programação originalmente proposta para o início dos trabalhos foi questionada na plenária, sendo sugerido que os trabalhos se iniciassem com as discussões e deliberação sobre os recursos das entidades que tiveram irregularidades apontadas pela Ascema Nacional na documentação encaminhada para participação no Congresso como delegados e que apenas depois fosse realizada a leitura e aprovação do Regimento Interno.

Nos casos de irregularidades identificadas pela Ascema Nacional estariam inseridos Asibama-AC e Asibama-DF, havendo questionamentos quanto à possibilidade de participação da Asibama PB na condição de delegado e não de observador, como definido pela Ascema Nacional. Foi esclarecido à plenária que a condição de irregularidade da Asibama-DF e da Asibama-AC tinha natureza diversa do caso da Asibama-PB. No caso da Asibama-DF e Asibama-AC as irregularidades observadas decorriam do descumprimento do Edital do VIII Congresso (Anexo 1), enquanto no caso da Asibama-PB, e de outras quatro entidades associadas, que não enviaram representante ao Congresso, era decorrente da condição de inadimplência com a Ascema Nacional por período igual ou superior a seis meses, o que enseja a suspensão imediata da associação, e quando o débito é igual e superior a 12 meses, a entidade entra em processo de exclusão, conforme o Estatuto, caso este o da Asibama-PB e das outras 4 entidades. Foi informado que durante o Congresso haveria apresentação do Relatório (Anexo 8) sobre as entidades



em processo de exclusão para deliberação da plenária e que estas entidades em processo de exclusão receberam, com antecedência, notificações e comunicações informando que apenas poderiam participar do VIII Congresso na condição de observador, uma vez que se encontravam suspensas.

Durante as discussões, os representantes da Asibama-PB apresentaram divergências em relação à condição de inadimplência, bem como a Asibama-DF apresentou conflitos de entendimento quanto à irregularidade das atas encaminhadas à Ascema Nacional para o VIII Congresso. Após extenso debate em relação aos assuntos expostos, e devido à grande polêmica e complexidade dos mesmos, foi acordado com a plenária que a discussão sobre as delegações, incluindo a apresentação do relatório sobre a Asibama-PB, seria remetida para debate como primeiro ponto de pauta da tarde do dia 16/08, para apreciações e deliberações da plenária. Durante o congresso houve questionamentos de participantes quanto à importância de que seja dado sempre acesso à Programação/Regimento Interno dos eventos com antecedência. Logo após, foi realizada a leitura do “Regimento Interno”, deixando os destaques/intervenções para serem apresentados no dia seguinte (16/08), após a apreciação e deliberação sobre os recursos das entidades, dando-se por encerradas as atividades do dia.



16 de Agosto

II. INFORMES NACIONAIS

Composição da mesa: Emerson Luiz Nunes Aguiar (RO), Sérgio Ronaldo da Silva (Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF) e Vera Élen Nascimento Freitas (SP).

Sérgio Ronaldo da Silva explanou sobre as negociações feitas junto ao Governo Federal, expondo as várias tentativas de diálogo com o Poder Executivo para efetivar a assinatura dos “acordos”. Relatou que durante o processo foram celebrados 98% dos “acordos” para reajuste no período de dois anos (2016/2017). As categorias, depois de muitos debates, consideraram viável o não fechamento de acordos com o Governo Federal por longo período, devido à desvalorização dos reajustes aplicados. O Governo retrata na mídia uma mensagem negativa do funcionalismo público no país, desde a aprovação da PEC 55, a qual foi transformada na Emenda Constitucional 95 (redução de investimentos nos serviços públicos e áreas sociais, congelamento dos salários/remuneração e dos recursos públicos para os próximos 20 anos). Em relação aos “acordos” firmados para o ano de 2018 e 2019, a estratégia do Governo Federal é de suspender o que já foi negociado, deixando a categoria inerte.

O Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF alertou sobre os danos a serem causados aos Servidores Públicos caso façam a adesão ao PDV (Programa de Demissão Voluntária); estratégia essa utilizada pelo Governo Federal para dismantelar o serviço público. Foi informado que a Confederação elaborará uma “Cartilha” contendo os esclarecimentos em relação às consequências/prejuízos na adesão ao PDV, assim como convocará uma “Plenária Nacional” para o dia 15/09/2017. Comunicou que em Reunião do Fórum de Entidades foi aprovado como eixo o encaminhamento de carta a todas as entidades orientando-as a realizarem assembleias nos locais de trabalho para construção de uma “GREVE GERAL”. A CONDSEF/FENADSEF tem como objetivo debater e lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95, que atinge toda a sociedade. Sérgio Ronaldo da Silva enfatizou a grande necessidade de fortalecimento e unificação da categoria para enfrentamento aos terríveis ataques do Governo Federal em relação ao dismantelamento do Serviço Público no país, incluindo também a luta contra a “Reforma da Previdência”. Comentou que a Confederação completará, no dia 28 de agosto de 2017, 27 anos de resistência e luta e que vai realizar debate sobre a atual conjuntura e a retirada de direitos dos trabalhadores no dia 14 de setembro. Segundo o Secretário Geral, a meta é restabelecer o estado de direito que está comprometido desde 2016, portanto, é necessário que durante o VIII Congresso da Ascema Nacional a plenária tenha habilidade para construir propostas/resoluções que venham contribuir para a luta dos servidores públicos (nenhum direito a menos).

Vera Élen Nascimento Freitas (Ascema Nacional, SP), apresentou breve relato sobre o Decreto que regulamenta a GQ III (Gratificação de Qualificação) para os servidores da área ambiental e de outras carreiras e informou que será solicitada a Assessoria Jurídica da CONDSEF/FENADSEF e da Ascema Nacional uma avaliação do Decreto, a fim de verificar se houve erro material. Outros pontos foram comentados, dentre eles: questionamento do artigo 75 (Decreto que regulamenta a GQ), progressão, pagamento de exercícios anteriores, falsa informação publicada na mídia de possível concurso público, terceirização e remoção dos servidores do ICMBio.



III. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA POLÍTICA NACIONAL E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

Palestrantes - MARYANNE GALVÃO (Pesquisadora da Unicamp), RICARDO FESTI (Professor Unicamp) e VICTOR PAGANI (Dieese).

Ricardo Festi (Professor da UNICAMP) – Iniciando a análise, o palestrante agradeceu o convite feito pela Ascema Nacional e fez intervenções sobre a conjuntura política, relatando que estamos vivendo um período de crise econômica, social e política, o que faz com que a conjuntura seja mais dinâmica. Esta transição é uma readaptação do capital aos novos tempos, as novas exigências, a nova geopolítica para poder manter o sistema do capital. Nenhum processo histórico se desdobra sem a atuação dos grupos sociais, entidades e classes sociais. Ricardo mencionou a necessidade de se pensar como intervir nesta transição histórica, ou seja, como fazer a luta política. Para melhor compreensão do plenário, o mesmo apresentou breve relato sobre a crise estrutural do capitalismo nos anos 70, na qual a política assumida na época foi o neoliberalismo. Em seguida informou sobre a origem dos Movimentos Sociais, dos Sindicatos e do Partido dos Trabalhadores no Brasil em 1970/1980. Sobre os anos 90 destacou os avanços do neoliberalismo, privatizações, reformas da previdência, diminuição de gastos públicos, prioridade no pagamento da dívida externa durante o governo Collor, Itamar e FHC.

Relatou que nos primeiros anos do Governo Lula não houve produção de mudança em relação à lógica neoliberal dos anos de FHC. Abordou a crise do mensalão em 2005, a qual foi um marco que produziu uma pequena inflexão na política do Governo Lula. Passou-se, então, a uma política econômica desenvolvimentista com uma ampliação significativa dos gastos sociais. Este novo cenário foi permitido devido à conjuntura internacional de alto crescimento econômico. Mencionou, ainda, que durante os anos de Lula e o primeiro mandato de Dilma, a renda da classe trabalhadora melhorou através da política de reajuste dos salários acima da inflação e da queda do desemprego. A crise política que levou ao golpe teria sido o resultado da crise do modelo neodesenvolvimentista provocada pela forte ofensiva restauradora do campo neoliberal, que pretende iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil.

O palestrante ressaltou que a atual crise política no Brasil é resultado do esgotamento da enorme conciliação de classes, realizada durante o governo Lula, e que acabou gerando uma grande crise econômica. Finalizando, destacou a importância de refletir quais serão as medidas adotadas pelos servidores, em relação ao enfrentamento aos ataques do atual governo.

Maryanne Galvão (Pesquisadora da UNICAMP), em seguida, agradeceu pelo convite e apresentou sua explanação expondo questões relacionadas ao licenciamento ambiental, conflitos socioambientais e consequente desmonte da legislação ambiental brasileira, o que tem resultado na geração de variados tipos de danos como doenças, corrosão da cultura indígena, poluição, desmatamento e outros fatores desfavoráveis ao meio ambiente. Pontuou questões relacionadas à expansão da fronteira agrícola a partir da reestruturação do setor elétrico brasileiro no final da década de 90 e introdução de políticas neoliberais no país através de incentivos do Governo Federal como o Plano de Aceleração do Crescimento (2007), estimulando a formação na região amazônica de uma fronteira elétrica. Segundo



Maryanne, tratando-se de uma “commodity”, a produção de energia passa a ser o fim almejado pelo capital. Os rios da região amazônica tornam-se lugares de interesse para projetos de geração de energia, entretanto a região amazônica como um todo, assim como Mato Grosso, são regiões habitadas por povos e comunidades tradicionais, tais como ribeirinhos e indígenas, geralmente considerados pelas empresas/consórcios como entraves aos projetos.

Informou que o Ministério do Trabalho recebeu várias denúncias sobre trabalho escravo na região do Mato Grosso. Finalizando, observou que diante das propostas do atual governo (privatização, diminuição do Estado, retiradas de direitos adquiridos, mercantilização, corte de bolsas nas universidades entre outros) a categoria precisa se unir e se organizar para fazer o enfrentamento ao governo. Com a privatização do serviço público, se não houver resistência por parte da categoria o governo vai violar os direitos conquistados e ocorrerá a proliferação da exploração das riquezas naturais através da imposição de uma política neoliberal.

Victor Pagani (DIEESE), por sua vez, explanou sobre as “REFORMAS” – Impactos sobre a Classe Trabalhadora, decorrentes de todo o processo político e econômico no país. Durante a apresentação (Anexo 3) pontuou questões como Perdas de direitos sociais: PEC DO TETO (Novo Regime fiscal que limita os gastos públicos com políticas sociais - Dezembro de 2016); LEI DA TERCEIRIZAÇÃO (Retira restrições sobre o trabalho temporário e terceirização - Março de 2017); REFORMA TRABALHISTA (Altera a CLT precarizando as relações de trabalho - Julho de 2017); REFORMA DA PREVIDÊNCIA (Altera as regras de acesso e remuneração da previdência pública – PEC 287) e Desmonte do papel social do Estado; DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO: Limite de gastos, inclusive com pessoal (EC 95/2016); PDV e Possibilidade de redução de jornada com remuneração proporcional (MPV 792/2017); Reforma da Previdência (PEC 287-A/2016); Restrição ao Direito de GREVE (PLS 327); Negociação Coletiva (Convenção 151 da OIT); Demissão por insuficiência de desempenho; Aumento da Contribuição Previdenciária (11% para 14%). A EMENDA CONSTITUCIONAL 95 – NOVO REGIME FISCAL: Orçamento com Teto Fixo – Critério de alocação de recursos que consiste em estabelecer um quantitativo financeiro fixo, geralmente obtido mediante a aplicação de percentual único sobre as despesas realizadas em determinado período, com base no qual os órgãos/unidades deverão elaborar suas propostas orçamentárias parciais. Também conhecido, na gíria orçamentária, como “teto burro”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEC 95: Trata-se de uma reforma do Estado. Transfere a execução da política fiscal para a Constituição Federal; A PEC 95 valida o plano de austeridade de longo prazo; Reduzirá o papel do Estado enquanto indultos do desenvolvimento; Não permitirá ampliação real da despesa, mesmo que o cenário da crise seja superado e haja aumento de arrecadação e recuperação das contas públicas. O teto para os gastos públicos não acompanhará a expansão da demanda por serviços públicos. Para que o montante das despesas primárias se acomode dentro do limite imposto, haverá uma concorrência por orçamento entre as diversas áreas. Isso implica em mudanças na política de valorização do salário mínimo e/ou previdência; Foco do projeto apenas nas despesas primárias; Não estão previstas mudanças na estrutura de arrecadação; Não considera para o ajuste as despesas com juros.

ABERTO ESPAÇO PARA DEBATES: Houve grande participação dos presentes nos debates sobre os temas apresentados. Durante os debates foi levantada a necessidade de construção da defesa do serviço público;



necessidade de melhorias na forma de comunicação; de realizar debates junto à base; informar a base sobre as questões pautadas durante o VIII Congresso da Ascema Nacional; lutar contra o desmantelamento do serviço público.

Durante as considerações finais dos palestrantes, foi ressaltada a importância de estreitar as relações e unificar as ações de luta em defesa do serviço público e restabelecimento da democracia no país.

IV. RECURSOS: Asibama-DF, Asibama-AC e Asibama-PB

Composição da mesa: Emerson Luiz Nunes Aguiar (RO), Cláudio Rodrigues Fabi (SP) e José Mário Amaral (RS), presidente da mesa.

Foi informado pela Ascema Nacional que seriam apreciados os recursos da Asibama-DF e Asibama-AC, que não tiveram suas atas validadas pela Diretoria Executiva em razão das irregularidades apontadas no Comunicado 02 da Ascema Nacional (Anexo 2), sendo o credenciamento destes delegados submetidos à decisão da plenária do Congresso. No caso da Asibama-PB, que compareceu ao congresso com dois representantes ao invés de um observador, o recurso seria apreciado na sequência, sendo precedido da apresentação do Relatório sobre o processo de exclusão das entidades, apresentação de defesa pelos representantes da Asibama-PB deliberação da plenária.

4.1. Asibama-DF

A Direção da Ascema Nacional apresentou parecer em relação aos recursos encaminhados pela Asibama-DF (Anexo17), realizando a leitura para que a plenária tomasse conhecimento. Informou sobre as atas enviadas pela Asibama-DF e comunicou que a Direção da Ascema Nacional aceitou parcialmente o recurso da entidade, reconhecendo a legitimidade de 32 (trinta e dois) delegados dos 36 (trinta e seis) presentes; os quatro restantes teriam direito a voz e participariam do Congresso na condição de observadores, mas não delegados, uma vez que foram eleitos por “Assembleia Permanente”, procedimento considerado pela Diretoria como irregular e inválido para eleição de delegados para o Congresso.

Após grande debate e devido às divergências apresentadas, o Presidente da Asibama-DF solicitou um intervalo de 10 minutos para que a delegação do Distrito Federal pudesse discutir e decidir se aceitariam a decisão da Diretoria da Ascema Nacional e submeteriam o recurso à plenária. No retorno, informaram que submeteriam o recurso a plenária, para decisão sobre a validade ou não da Assembleia Permanente e participação dos quatro eleitos nestas assembleias como delegados do Congresso. A Asibama-DF solicitou que os 12 diretores da Ascema Nacional presentes ao Congresso e com direito a voto se abstivessem da votação. A condição foi acatada pela Direção Executiva, tendo os 12 delegados pertencentes à Ascema Nacional deixado de votar.

Antes do processo de votação, após solicitação do plenário, a mesa esclareceu aos presentes o significado de “assembleia permanente”. Abriu-se a palavra para os delegados dos Estados que solicitaram o direito de manifestar-se sobre o tema. Alguns se manifestaram e a Asibama-RJ fez a leitura de uma Carta (Anexo 4). Foi aberta a palavra para apresentação de defesas contra e a favor da utilização da “assembleia permanente” como válida e credenciamento dos quatro eleitos na assembleia permanente realizada no Distrito Federal como delegados do VIII Congresso Nacional da Ascema. Apresentadas as defesas, passou-se ao regime de votação.



REGIME DE VOTAÇÃO – PROPOSTA: “credenciar os delegados referendados na assembleia permanente realizada no Distrito Federal”: 13 (treze) votos a favor, e 21 (vinte e um) votos contra. Os 12 (doze) delegados da Diretoria da Ascema Nacional abstiveram-se de votar.

Ante o resultado da votação, e imediatamente após sua ocorrência, o Presidente da Asibama-DF tomou a palavra e manifestou que respeitavam e reconheciam a decisão da plenária como soberana, mas que respeitavam também as decisões da delegação do DF, e que infelizmente a delegação da Asibama-DF já havia tomado posicionamento de que ou participaria do Congresso toda a delegação ou todos se retirariam do evento. Toda a delegação da Asibama-DF se retirou do Congresso neste momento. O delegado da Asibama-RS, José Mario, que presidia a mesa, se retirou do Congresso, assim como os dois representantes da Asibama-PB.

Permaneceram no Congresso 53 Delegados e um Observador, representando 21 Estados e 19 entidades locais, que deram continuidade aos trabalhos.

4.2. Asibama-AC

Na sequência foi apresentado o Recurso da Delegação do Acre, que realizara assembleia para eleição de delegados em período anterior à publicação do edital de convocação do Congresso. Colocado para apreciação do Plenário, o recurso foi aprovado por ampla maioria, sendo validado o credenciamento dos delegados, mediante a lista de presença.

4.3. Asibama-PB

Devido à retirada dos representantes da Asibama-PB do Congresso, a apresentação do Relatório sobre a exclusão das entidades, para deliberação da plenária, foi mantida conforme previsto na programação inicial, para o dia 17/08.

V. REGIMENTO INTERNO

Foi realizada na íntegra a leitura do “Regimento Interno” (Anexo 5) do VIII Congresso da Ascema Nacional e apresentado os destaques. Após as alterações sugeridas pelo Plenário o regimento foi aprovado.

VI. INFORMES DOS ESTADOS

ACRE: Foi informado sobre a dificuldade de acesso ao local o que interfere na permanência dos servidores concursados nesta região. Os servidores da região solicitaram informações sobre a GQ, questões funcionais e estruturais, principalmente os lotados no ICMBio, que apresentam quadro efetivo limitado. Informaram sobre a desmobilização dos servidores no local de trabalho e também da preocupação em relação aos desdobramentos da luta contra a Reforma da Previdência na região;

AMAZONAS: Foi informado sobre a eleição da nova Direção da Associação empossada em 2017 e sobre a inadimplência por parte de alguns associados. Durante as assembleias locais para o VIII Congresso da Ascema, foram discutidos: equiparação salarial do nível médio, necessidade de concurso público, discussão da insalubridade e



periculosidade para os fiscais ambientais, atrativo para os servidores, critérios para nomeação dos cargos de confiança (IEF e FG), remoção e nomeação de servidores;

CEARÁ: Foi informado que cumpriram rigorosamente o Edital da Ascema Nacional para participarem do VIII Congresso Nacional. A Direção da Asibama-CE está com dificuldades de encaminhar a demanda decorrente do desmonte no serviço público. Acreditam que é necessário debater/criar propostas que possam reverter o cenário apresentado e fortalecer a categoria. Está ocorrendo fechamento de escritórios e também constatada a falta de segurança no trabalho.

DISTRITO FEDERAL (ASSEMMA): Informou a nova Direção eleita no ano de 2017 e as mudanças Estatutárias efetuadas durante o Congresso realizado em 2016. No debate realizado na região sobre política ambiental, foi concluído que a política para as florestas estão pulverizadas, entregue relatório para a Direção do Meio Ambiente. Foi comunicado sobre a negativa de redistribuição de um “servidor”, mesmo havendo uma portaria de redistribuição do PECMA (Ibama e ICMBio). Será apresentada uma moção quanto à negativa da redistribuição do referido servidor.

ESPÍRITO SANTO: Informou que houve dificuldades quanto à eleição da nova Direção da ASCEMA, e sobre a reformulação do Estatuto. Informou sobre outras questões tais como: indicação do Superintendente pela bancada estadual, desfiliações após a posse do novo Superintendente, assédio moral, impactando os servidores, dificuldades financeiras da associação, apoio aos familiares dos fiscais falecidos em julho de 2017, colaborar com o trabalho de fiscalização, dificuldades em agregar os servidores do ICMBio; a delegação aprova o Relatório do Grupo de Trabalho do nível intermediário datado em 29/06/2017.

GOIÁS: Foi informado que a Asibama-GO possui atualmente mais de 100 associados, com número expressivo de aposentados, parte dos servidores desempenham trabalho na Amazônia. Foram apresentados problemas tais como: assédio moral, perseguição dos trabalhadores, cessão de uso (estão utilizando a sala da superintendência) uma vez que não possuem sala própria.

MATO GROSSO: Foi informado possuírem carta sindical e que são vinculados à Ascema Nacional, a ASIBAMA tem participação tanto no IBAMA, quanto no ICMBio. A região encontra-se com número reduzido de servidores, devido ao fato de muitos trabalharem em outros estados. Comunicou que o valor consignatário é repassado regularmente para Ascema Nacional. É preciso fortalecer a entidade nacional. Informou ainda que utiliza o aplicativo “Skype”, como principal ferramenta de comunicação.

MATO GROSSO DO SUL: Informou sobre o pequeno número de filiações, resultando em uma precária arrecadação, e que mesmo diante das dificuldades financeiras a delegação do estado não deixou de participar do VIII Congresso da Ascema Nacional.

MINAS GERAIS: Em assembleias realizadas com os servidores da Área Ambiental em Minas Gerais, deliberou-se por lutar pela aprovação do relatório do GT do nível médio; Incorporação do Vencimento Básico na GQ; que a administração do IBAMA e ICMBio deem suporte aos familiares em caso de acidente em decorrência do trabalho (Seguro de Vida); Reativação do Conselho Gestor; Capacitação e Treinamento dos servidores; pela não redução do quadro de servidores devido aposentadoria; manutenção da “Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente”; Revogação da EC 95/2016; Manutenção da Política Salarial Permanente; Defender que os cargos de chefias sejam nomeados entre os servidores da casa e não por indicação política; Paridade entre



ativos/aposentados. Para finalizar, foi informado que a Asibama-MG está em dia com sua arrecadação e que a mesma viabilizou a participação de cinco delegados para o referido Congresso.

PARÁ: Informou sobre a falta de recursos para custear a vinda de um número maior de delegados a participarem do VIII Congresso da Ascema Nacional. Comunicou sobre as dificuldades enfrentadas pela falta de estrutura/logística que os servidores encontram no dia a dia. Outro fator problemático é que os servidores não possuem Plano de Saúde e nem Seguro de Vida. Mais de um terço dos servidores lotados no ICMBio solicitaram “Abono de Permanência”, fato esse que poderá causar enxugamento nas Superintendências e Gerências. Indignação dos trabalhadores dentro da instituição devido à indicação de cargos de chefia. Comunicou sobre a eleição da nova gestão da Asibama-PA que exercerá mandato até abril de 2019.

PERNAMBUCO: Informou que apesar da AEMA/PE não possuir consignado, tem suas finanças organizadas e consegue efetuar a arrecadação dos associados. Informou que além da assembleia regular realizada pela AEMA na Supes/PE para retirada de delegados ao VIII Congresso, houve no estado a realização de uma outra assembleia com processo de eleição irregular, mas que a entidade alertou a pessoa eleita sobre a incidência nas irregularidades, tendo esta suspenso sua tentativa de participação no Congresso. Relatou que há boa convivência com o atual superintendente e que a situação de grande número de aposentadorias está gerando um esvaziamento do Ibama em Pernambuco.

PIAUI: Informou que a Asibama está sem consignado, luta pela adequação do salário do nível médio. A sindicalização está precária, devido os novatos (concurados) não terem interesse em se associar. Os trabalhadores de nível superior não têm interesse em se manterem filiados à Asibama.

RIO DE JANEIRO: Informou sobre o desmonte que ocorre dentro da instituição (IBAMA), enfrentam problemas em relação à terceirização do serviço público, necessidade de atuação nas questões de retrocesso da legislação ambiental. Em relação à Asibama-RJ, informou que a nova direção tomou posse e estão em processo de organização na entidade, entretanto a prioridade é a unificação da categoria para realizar enfrentamento com o Governo. Destacou a necessidade em realizar atividades festivas fora do ambiente de trabalho com o intuito de mobilizar e politizar a sociedade da importância do serviço público.

RIO GRANDE DO SUL: Foi informado pela ASIBAMA-RS que em novembro de 2016, houve a necessidade da substituição do José Mário, expôs que a associação possui atualmente 338 associados, contendo um quantitativo maior de pensionistas, entretanto conseguem manter com regularidade a contribuição para Ascema Nacional. Comunicaram que o sindicato local contribuiu com a compra das passagens para os delegados presentes no Congresso. Informou que conseguem trabalhar a parte associativa, lutam pelo enquadramento da tabela de nível médio e superior. Acha importante discutir a questão do licenciamento e a proposta de defesa do Meio Ambiente com o Ministério da Defesa.

RONDÔNIA: Informou sobre a terceirização do serviço público no estado, estão querendo regularizar a redução da carga horária de trabalho e a necessidade de trabalhar com dois monitores;

SÃO PAULO: Foi informado sobre alteração estatutária realizada recentemente na Ascema-SP. Realizaram assembleia para elegerem delegados para VIII Congresso da Ascema Nacional. Há uma demanda constante requerendo a data-base. Lutar pela normatização de atuação dos órgãos em acidentes de trabalho não somente para



o cargo de fiscais bem como para toda a categoria. Necessidade da realização de concurso público, lutar contra o PDV, a terceirização e buscar a unificação dos trabalhadores. É necessário parar de organizar planejamento estratégico para o ICMBio e começar a executar. Comentou sobre o avanço dos apadrinhados políticos nos Cargos de Chefia do ICMBio e no IBAMA também.

TOCANTINS: Informaram sobre a atuação da nova gestão 2016/2017 e que conseguiram colocar a contabilidade em ordem. Estão obtendo êxito nas ações de periculosidade. Mencionaram também que o Superintendente foi nomeado em um dia e exonerado no dia posterior. Estão tentando adquirir terreno para construção de uma sede própria. Em relação à contribuição, relataram que parte dos associados contribuem e outros não. Concluindo, informaram que passarão por processo eleitoral em dezembro de 2017.

RIO GRANDE DO NORTE (Ascema-RN): Informou sobre a prática de loteamento político de cargos em comissão para superintendência do IBAMA no Estado do Rio Grande do Norte. Destacou e repudiou a postura negativa tomada pela Diretoria Asibama-RN, que se manifestou contra as denúncias de irregularidades apresentadas pelos servidores em relação às ações da Superintendência atual, tendo a entidade apoiado indicações políticas para cargos comissionados de grande importância na execução finalística das ações do IBAMA. Denunciou que a Asibama-RN negou os pedidos de filiação à entidade de cerca de 20 servidores, apresentado desde o mês de setembro de 2016, sem quaisquer justificativas, não executando assim seu objeto social. E que recentemente este grupo de servidores fundou uma nova entidade, denominada Ascema-RN, já filiada à Ascema Nacional. Concluindo os informes, a representante da Ascema-RN, solicitou apoio da Ascema Nacional no combate às questões expostas acima.

Terminados os informes dos Estados, as atividades do dia deram-se por encerradas.



17 de Agosto

VII. FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO

Composição da mesa: Cláudio Rodrigues Fabi (SP), Dezidéria Nery (PI) e Nicélio Silva (MT). PALESTRANTES: André Luiz Martins Alamino (Coordenador de Fiscalização do ICMBio) e Renê Luiz de Oliveira (Coordenador Geral da Fiscalização do IBAMA).

André Luiz Martins Alamino (Coordenador de Fiscalização do ICMBio) – agradeceu o convite e destacou ser de suma importância a discussão sobre Licenciamento e Fiscalização, temas que devem ser debatidos em outros fóruns e outras instâncias. Abordou o tema (Anexo 6) sobre a fiscalização através da seguinte apresentação: Estrutura da Fiscalização do ICMBio; Resultados objetivos de ações de fiscalização em 2016; Planejamento de ações de fiscalização; Estratégias de distribuição de atividades de fiscalização. ESTRUTURA - ORÇAMENTO (Ano, Recursos de Fiscalização, Inflação ano IPCA; Inflação acumulada, Poder real de execução). Ações descentralizadas – áreas prioritárias; Planejamento de ações de fiscalização PLANAF; Ações conjuntas: REBIO Gurupi (Polícia Federal IBAMA), FLONA Jamari (SFB, IBAMA, PF), PARNA Pacaás (FUNAI, IBAMA, PF, PM). Mencionou a existência de muitos conflitos durante as fiscalizações, relatando que foram efetuados vários disparos de arma de fogo durante uma das ações, e após 30 minutos de disparos intensos o comando da equipe de segurança orientou todos a ficarem deitados no chão e esperar o dia amanhecer – fato ocorrido no Parque Nacional de Jamanxim em 01/07/2016. Esses conflitos e enfrentamentos têm se intensificado, o que em parte é devido à ausência do Estado. Há conflitos de interesses. Citou alguns problemas que os fiscais encontram durante o trabalho de fiscalização em áreas de preservação, tais como: ausência do Estado, demarcação de terras, grilagem de terra/rebanho-gado, uso de dragas, existência de garimpos clandestinos, estruturas de pouso, dificuldades de acesso aos locais devido às barreiras coladas no caminho dos fiscais. Relatou que no Estado de Rondônia existe grande desmatamento, quase não há mais área de floresta. Em relação à Fiscalização Ambiental, citou a proposição de resultados para 2017, dentre elas: estabelecimento do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização, Qualificação e ampliação do quadro de instrumentos da fiscalização, Definição de estratégias para potencializar a participação de servidores em ações de fiscalização, Realização de análise de perfil de agentes de fiscalização para formação de equipes, Construção de termos de referência e detalhamento de equipamentos e contratos para apoio a fiscalização.

Renê Luiz de Oliveira (Coordenador Geral de Fiscalização do IBAMA) – iniciou cumprimentando a plenária. Agradeceu o convite feito pela Ascema Nacional e abordou a questão da Fiscalização Ambiental Federal (Anexo 7) destacando que o Processo de Fiscalização Ambiental é composto por: Detecção da infração, Ação Fiscalizatória, Julgamento da Infração. Uma das formas de fazer a fiscalização é através do monitoramento, patrulhamento, denúncia, investigação e análise documental. Considera que houve avanço no que tange à Doutrina de Inteligência para o processo de fiscalização. O plano anual de proteção ambiental é um documento que conseguiu mostrar por meio de uma portaria as ações que serão trabalhadas (essa portaria está em processo de avaliação para posterior publicação). Apresentou o gráfico com as principais estratégias de ação e atuação por tema de fiscalização (flora,



fauna, pesca, poluição, degradação, e patrimônio genético). Abordou a questão do valor das multas por tema de fiscalização. Finalizando, citou sobre as dificuldades institucionais em relação aos recursos orçamentários: diárias, passagens, materiais, sendo que o orçamento não é suficiente para cobrir toda a demanda de fiscalização do IBAMA. Dentro da explanação, o Coordenador Geral de Fiscalização do IBAMA pontuou formas de FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: Realizar concurso para repor o déficit de pessoal; disciplinar as horas adicionais ou pagar hora extra; pagar os adicionais de periculosidade e insalubridade (GAR); assegurar em lei o porte funcional de arma de fogo; criar cargo específico para a atividade de fiscalização ambiental; seguros e constante capacitação, recompor o orçamento da fiscalização ambiental; fortalecer a área de julgamento das infrações ambientais e a área para execução de sanções; criar unidade operacional nas Supes específicas para fiscalização ambiental. Em relação à INFRAESTRUTURA, pontuou: adquirir embarcações para as atividades aquáticas; implantar infraestrutura para transporte; guarda e destinação de bens apreendidos; implantar novo sistema de fiscalização ambiental; implantar sistema de inteligência; adquirir equipamentos de apoio operacional e reforma das unidades organizacionais.

ABERTO ESPAÇO PARA DEBATES. Logo após os esclarecimentos prestados, os palestrantes das instituições IBAMA e ICMBio solicitaram intervenção da Ascema Nacional para encaminhar as demandas da categoria às instituições. Renê Luiz de Almeida fez as considerações finais, mencionando que a categoria precisa se unir, deixando as diferenças de lado, e pensar estrategicamente como encaminhar a luta da categoria. Em seguida, disponibilizou os contatos: telefone (61) 3316-1279 – E-mail: rene.oliveira@ibama.gov.br.

VIII. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE AS ENTIDADES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO

]Composição da Mesa: Denis Rivas (RJ), Eduardo Nuber (SC) e Dr. Diego Vega Posebon Silva (Advogado da Ascema Nacional).

Em relação ao relatório sobre as entidades em processo de exclusão, o advogado da Ascema Nacional convidou a plenária para um momento de reflexão durante o VIII Congresso da Ascema Nacional, devido à saída da Delegação da Asibama-DF e Asibama-PB do Congresso por divergências políticas com a Direção da Ascema Nacional e com as decisões discutidas/aprovadas em plenária. Dr. Diego solicitou que a plenária tivesse muita cautela, equilíbrio e bom senso nos desdobramentos a serem dados durante o VIII Congresso em relação aos fatos supracitados. Em seguida pontuou algumas questões referentes a ações judiciais impetradas pela Ascema Nacional, informando que os relatórios das mesmas encontram-se disponíveis através dos “Relatórios Jurídicos” no site da Associação.

Em relação ao processo da GEAP, informou que os dados dos requerentes (associados) que figuram no processo necessitam de atualizações cadastrais, desta forma, solicitou aos servidores a colaboração para que repassem essa informação aos seguintes estados: Minas Gerais, Alagoas, Distrito Federal (MMA), Rondônia, Piauí, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em caso de dúvidas, que fosse consultada a Ascema Nacional para verificação das listas dos estados presentes



8.1. RELATÓRIO SOBRE AS ENTIDADES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO (Plano de Quitação de Dívidas e Aplicação de Penalidades).

Composição da mesa: Rogério Eliseu Egwarth (DF) e Mariana Momesso (PE), Comissão de relatores do processo de exclusão das entidades.

A mesa iniciou os trabalhos apresentando um histórico das atividades realizadas pela Ascema Nacional no intuito de manter as contribuições das entidades filiadas em dia. Informou que buscando atender às normas estatutárias, às recomendações do Conselho Fiscal e da Assessoria Jurídica, a Ascema Nacional intensificou junto às entidades associadas a cobrança das contribuições financeiras em atraso, formalizando, a partir mês de maio de 2017, o processo de cobrança das entidades com débitos superiores a 06 e 12 meses, por meio do envio de cartas circulares e, em junho de 2017, por meio de notificações.

Tanto as cartas como as notificações informaram acerca dos débitos existentes e oportunizaram a regularização mediante o envio de propostas de quitação. Referidos documentos solicitaram que fossem encaminhados, junto com a proposta de quitação, o instrumento legal/deliberativo que fixou a contribuição associativa local, a lista dos associados, bem como a apresentação de defesa. Desde o início do processo de cobrança foi informado às entidades sobre as penalidades estabelecidas no Estatuto da Ascema Nacional aplicáveis aos casos, que consistiam, para as associações com débito igual ou superior a 06 meses, na suspensão imediata da entidade (art. 12 do Estatuto), e no caso de débitos iguais ou superiores a 12 meses, na sua exclusão (art. 13 do Estatuto), a ser decidida pelo Congresso da Ascema Nacional.

Da mesma forma, foi comunicado o direito da entidade enviar observador ao VIII Congresso da Ascema Nacional para exercer, em mais uma oportunidade, o amplo direito de defesa, uma vez que a suspensão implica na impossibilidade de envio de delegados, conforme o Estatuto. Por fim, em 1º de agosto de 2017, foram enviados telegramas para as entidades inadimplentes, reiterando as comunicações anteriores e informando, mais uma vez, a possibilidade de participação de um observador para realizar presencialmente a defesa no Congresso.

Após este processo, cinco entidades não procederam à regularização junto à Ascema Nacional, incidindo sobre elas as penalidades previstas nos artigos 12 e 13 do Estatuto: Asibama-RN, Asibama-PB, Asibama-SE, Assema-RR e Asibama- SC. O Relatório do processo de exclusão, que contém de forma individualizada relatórios sínteses da situação de cada uma destas entidades, foi lido na íntegra pela Comissão durante a plenária do Congresso. O Relatório da Comissão apresentado no VIII Congresso da Ascema Nacional encontra-se em anexo a este documento (Anexo 8).

Terminada a apresentação do Relatório, a mesa abriu a palavra à plenária para manifestação, dúvidas e formulação de outras propostas para deliberação, além das contidas nos relatórios. Não foram formuladas novas propostas pela plenária. Foi aberta oportunidade de defesa às entidades em processo de exclusão, mas não houve defesa presencial uma vez que as entidades não enviaram observadores ao Congresso, tendo os participantes da Asibama-PB se retirado por deliberação própria no dia anterior à apreciação do processo de exclusão, levando consigo cópia impressa do Relatório, que lhes foi entregue em mãos.



A votação foi feita de forma individualizada considerando a situação específica de cada entidade e as opções formuladas no Relatório, com o seguinte encaminhamento: Primeira fase: votação pela exclusão ou não da entidade. Segunda fase: caso aprovada a exclusão, votação pela exclusão imediata e definitiva, ou exclusão com prazo para regularização; por último, apreciação das demais opções, caso pertinente. Conforme a deliberação da plenária, os resultados das votações foram os seguintes:

8.1.1. ASIBAMA-PB

Primeira fase:

2. Não exclusão, aprovada por ampla maioria, com 1 (uma) abstenção, com declaração de voto.

Segunda fase:

2.1 – Não exclusão, mantendo a entidade suspensa até a sua regularização, atendendo às exigências expressas nas notificações com: atualização criteriosa do quadro de associados; pagamento de todo o período da inadimplência, com os valores correspondentes ao que dispõe ao estatuto da entidade; eleição e posse da diretoria e conselho fiscal, conforme a previsão estatutária. **Aprovada com 43 (quarenta e três) votos.**

2.2 – Não exclusão, devendo a entidade apresentar nova proposta de regularização dentro do prazo de três meses, atendendo às exigências expressas nas notificações com: atualização criteriosa do quadro de associados; pagamento de todo o período da inadimplência, com os valores correspondentes ao que dispõe ao estatuto da entidade; eleição e posse da diretoria e conselho fiscal, conforme a previsão estatutária. O não cumprimento do prazo ocasionará a suspensão imediata da entidade. Proposta obteve quatro votos.

2.3 – Não exclusão, acatando os depósitos já efetuados como válidos e suficientes e restabelecendo à entidade local o pleno direito associativo. Nenhum voto.

8.1.2. ASIBAMA-RN

Primeira fase:

1. Exclusão. Aprovada por ampla maioria, cinco abstenções e uma declaração de voto.

Segunda fase:

1.1 Exclusão imediata e definitiva. **Aprovada com 30 (trinta) votos.**

1.2 Exclusão caso a entidade não apresente proposta de regularização dentro do prazo de seis meses, atendendo às exigências expressas nas notificações. A proposta obteve 15 (quinze) votos.

8.1.3. ASIBAMA-SE

Primeira fase:

1. Exclusão. Obteve 14 (catorze) votos.

2. Não exclusão. Aprovada com 20 (vinte) votos.

Segunda fase:

2.0 Não Exclusão, mantendo a entidade suspensa até sua regularização. **Aprovada com 20 (vinte) votos, 7 abstenções.**



8.1.4. ASIBAMA – SC

Primeira fase:

2. Não Exclusão, aprovada por ampla maioria.

Segunda fase:

2.0 Não exclusão, mantendo a entidade suspensa até sua regularização. **Aprovada por ampla maioria.**

8.1.5. ASSEMA – RR

Primeira fase:

1. Exclusão. Aprovada por ampla maioria.

Segunda fase:

1.1 Exclusão imediata e definitiva. **Aprovada por ampla maioria, com 3 (três) abstenções.**

IX. APRESENTAÇÃO DOS SERVIDORES DO PECMA

Composição da mesa: José Luciano M Filho (DF), Eduardo Nuber (SC), Denis Rivas (RJ) e Liliana Lincka (RN).

Foi entregue para o plenário um relatório (Anexo 9) dos Agentes Administrativos do MMA para o Encontro Nacional das Carreiras do PECMA e CEMA. Luciano M. Filho, abordou acerca do reenquadramento dos servidores de nível intermediário/PECMA na carreira de especialista do meio ambiente – CEMA. Apresentou breve relato quanto aos problemas concretos enfrentados pelos servidores do PECMA no MMA relacionados à: progressão/promoção; mobilidade; redistribuição; e isonomia. Finalizou destacando a importância da luta dos servidores (PECMA), para a regulamentação do GQ III, e explicando sobre a importância da unificação das carreiras ambientais.

9.1. PROPOSTAS APRESENTADAS DOS SERVIDORES DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DO MMA

Foi destacada a importância de que seja feita pressão no intuito de que o reenquadramento dos servidores de nível intermediário do PECMA do MMA saia do papel; entrar com ação coletiva conjunta com MMA, IBAMA e ICMBio devido à demora na regulamentação da GQ; reivindicar a remuneração dos servidores de nível intermediário, equivalente a 70% (setenta) dos analistas ambientais/administrativo; lutar pelo fim da desigualdade entre os servidores de nível intermediário do MMA/IBAMA/ICMBIO, em defesa do reenquadramento, da progressão, da igualdade e redistribuição dos cargos entre os órgãos e entidade. Luciano propôs que a Ascema Nacional interceda junto ao Ministério do Planejamento, atuando no processo de enquadramento da carreira PECMA. Ressaltou sobre a dificuldade existente no processo de redistribuição do servidor (João Alberto Xavier Júnior), portanto foi solicitado que a Ascema Nacional verifique qual a melhor forma de intervenção nesse processo.



X. RELATÓRIO DO GT NACIONAL – NÍVEL INTERMEDIÁRIO

Composição da mesa: Conceição (MG), Vera Élen (SP), Denis Rivas (RJ), Eduardo Nuber (SC) e Liliana Lincka (RN).

Vera Élen informou/apresentou o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho – Nível Intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente – PECMA E CEMA, criado em 2016, ao qual priorizou a formulação de proposta de valorização dos técnicos. Foi informado que Vera Élen Nascimento Freitas e Maria da Conceição de Oliveira Ferreira compõem o grupo do GT e também participam da mesa setorial de negociações permanentes, no tema "qualidade de vida" e acompanham as negociações.

Foi observado que os servidores do PECMA de nível intermediário buscam a valorização na carreira, e ressaltado que será adotado o termo “Modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente” ao invés de “reestruturação da carreira de especialista do meio ambiente”. Durante a reunião do GT dos técnicos, deliberou-se também pela exigência de elevação do grau de escolaridade para investidura no cargo de técnico.

Foram realizados debates e esclarecimentos sobre a proposta apresentada pelo GT e em seguida aprovou-se por ampla maioria, com 3 abstenções, o Relatório do Grupo de Trabalho do nível intermediário de 29 de junho de 2017. O Relatório encontra-se em anexo (Anexo 10).

Ao final ficou acertado que seria feito a atualização da proposta já entregue ao Governo em 2015, com as alterações aprovadas para ser encaminhada pela Ascema Nacional, em conjunto com a CONDSEF, para a Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério do Planejamento.

XI. APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO CONSELHO FISCAL

Composição da mesa: Emerson Luiz Nunes de Aguiar (RO), Luiz Carlos Del Castilho (Amapá), Élcio Paulo Rocha (PI), Margarida Sturaro (SP) e Rogério Eliseu Egwarth (DF).

O Conselho Fiscal apresentou à plenária o relatório (Anexo 11) da prestação de contas da diretoria executiva referente aos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017. O Conselho informou que realizou 4 reuniões ordinárias e 1 extraordinária, sendo analisadas, dentre outras demandas, os balancetes mensais da diretoria executiva, tendo sempre atuado com independência e autonomia, contado com a colaboração da Diretoria Executiva na prestação de esclarecimentos sempre que necessário.

Em cumprimento ao artigo 30 do estatuto, o relatório apresentado contém a síntese das análises e recomendações das reuniões ocorridas nesse período, cujos relatórios completos encontram-se arquivados na secretaria da entidade e disponíveis para consulta.

Foi aberto espaço para dúvidas e debates. Após a prestação dos esclarecimentos solicitados, o referido relatório foi aprovado sem ressalvas pela plenária por unanimidade.



XII. COMISSÃO ELEITORAL

Finalizando as atividades do dia 17/08/2017 referentes ao VIII Congresso da Ascema Nacional, houve indicação da seguinte composição – **Titulares:** Mariana Momesso (PE), Ronivaldo L. Oliveira (MG) Sandoval S. Queiroz (TO); tendo como **Suplentes:** Fagno Paulo da Silva Araújo (TO), Eduardo Nuber (SC). Após a indicação da Comissão Eleitoral, que foi aprovada sem ressalvas pela plenária, as atividades deram-se por encerradas.



18 de Agosto

XIII. BALANÇOS DA GESTÃO (2014-17) E DO MOVIMENTO

Composição da mesa: Emerson Luiz Nunes Aguiar (RO), Vera Élen Nascimento Freitas (SP), Rômulo George Sales Silveira (CE), e Guilherme Aranha (DF).

Foi entregue cópia do Balanço da Gestão 2014-2017 (Versão Preliminar) da Diretoria Executiva da Ascema Nacional ao plenário e divulgado o Relatório Final de Atividades da Diretoria 2014-2017 (Versão Preliminar)¹.

Mediante os acontecimentos durante o evento, já mencionados nesse relatório, foi proposto pela mesa a realização de um “Balanço do VIII Congresso da Ascema Nacional”, o que foi aprovado pela plenária. Devido à conjuntura do evento, parte da plenário não se sentiu confortável/seguro quanto à manutenção das condições de encaminhamento ordinárias do processo eleitoral pautado no Congresso, que conforme o Estatuto prevê eleição de uma nova diretoria pelo período de três anos.

A Direção da Ascema Nacional lamentou os acontecimentos e frisou que o momento exigia serenidade e necessidade de reflexão, ressaltando que o objetivo deve ser o fortalecimento da entidade. Foi destacado que em respeito às delegações de vários estados presentes no referido Congresso, seria necessário dar continuidade às pautas propostas e discutir as alternativas. Vários estados se manifestaram lamentando e criticando o posicionamento de retirada da Asibama-DF do evento, porém destacando a representatividade nacional do VIII Congresso da Ascema, que permaneceu com 53 delegados e 1 observador, representando 21 estados da federação.

Após a realização de debates, várias intervenções e esclarecimentos, foram formuladas as seguintes propostas:

1. Eleição de uma nova chapa completa pelo período estatutário, porém com convocação de um Congresso Extraordinário em 2018 para discutir e votar uma reforma do estatuto da entidade, e realização de uma Conferência em 2017 com as entidades locais para decidir sobre a eleição ou não de uma nova diretoria no Congresso Extraordinário.

2. Eleição de uma chapa completa com mandato provisório de até 1 (um) ano, com previsão de reforma estatutária e eleições em 2018. **Aprovada por ampla maioria, com 3 abstenções.**

3. Eleição de uma chapa completa com mandato provisório até o final de 2018, com previsão de reforma estatutária e eleições de nova diretoria da Ascema a serem realizadas após o período eleitoral brasileiro.

4. Eleger uma chapa provisória e realizar novo Congresso em 90 (noventa) dias para eleição de uma chapa definitiva.

Por solicitação de alguns delegados presentes, foi consultada a plenária quanto a “fazer” ou “não” a leitura da carta da Asibama-DF, contendo esclarecimentos sobre a decisão da delegação do DF em se retirar do VIII

¹ Tanto o Balanço da Gestão (2014-2017), como o Relatório de Atividades (2014-2017) serão disponibilizados separadamente desse relatório.



Congresso da Ascema Nacional. Foi aprovado, por ampla maioria, a não realização da leitura da referida carta nessa instância.

XIV. MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

Composição da mesa: Emerson Luiz Nunes Aguiar (RO) e Vera Élen Nascimento Freitas (SP).

Vera Élen repassou os informes sobre a instalação da “Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente”, destacando que esta é formada por representantes da Ascema Nacional e da CONDSEF/FENADSEF. Quando foi constituída o número de participantes era maior e devido a problemas por causa do impeachment da presidente Dilma, vários componentes do Fórum de Gestão de Pessoas e da Mesa Setorial solicitaram a exclusão dos seus nomes dos espaços de negociação. Mesmo ocorrendo esta situação as agendas prosseguiram tanto no Fórum de Gestão de Pessoas, quanto na Mesa Setorial, foi informado que entre os presentes ao Congresso encontram-se os participantes dessas atividades: Emerson Luiz Nunes Aguiar, Vera Élen Nascimento Freitas, Guilherme Aranha, Rogério Egewarth e Maria da Conceição de Oliveira Ferreira. Há 3 fóruns de discussão junto à mesa: Fórum de Gestão de Pessoas (plano de capacitação e formação inicial da carreira, política de mobilidade, atenção à saúde e qualidade de vida, combate ao assédio moral, dimensionamento da força de trabalho dos órgãos ambientais e definição de perfil dos servidores a serem contratado via serviço público); Fórum de Reestruturação das Instituições (reestruturação do serviço florestal, formação inicial, políticas de capacitação continuada) e Fórum de Planejamento.

Esclareceu que a discussão de vários pontos da proposta de reestruturação é feita no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e aquelas que demandam recursos como é o caso da Campanha Salarial é feita na Mesa Setorial da Área Ambiental no Ministério do Planejamento. Durante as negociações ocorreram alguns avanços, dentre eles: o direito dos servidores de pleitear o pagamento da indenização de campo para os servidores da área ambiental, nos termos da lei, observando que é necessário formalizar o pedido; a importância de construir ações conjuntas entre as instituições (MMA, IBAMA e ICMBio), como por exemplo o marco temporal para os efeitos financeiros retroativos a regularização da progressão dos servidores.; a discussão e instituição da portaria de redistribuição por cargo vago, a necessidade de ser criada uma equipe que possa estar discutindo o tema capacitação e formação inicial dos servidores; já foi solicitado que seja feito um curso de negociação coletiva no serviço público nos moldes já feitos em outros setores do serviço público, tendo sido aceito, é necessário construir/capacitar novos servidores para debaterem com o governo as questões pertinentes da categoria e garantir a manutenção desse espaço, para as negociações. Foi informado para os servidores acessarem o link para maiores informações sobre a Mesa Setorial: <https://goo.gl/vfR6zN>.

Foi destacado que um dos principais pontos discutidos no Fórum de Gestão de Pessoas é a “qualidade de vida”, por isso a Ascema e a CONDSEF tem tentado negociar durante os debates a aprovação pauta: programa geral de qualidade de vida com as diretrizes gerais para ser implantado tanto no MMA quanto nas suas vinculadas, tendo como primeira ação a implantação das horas atividades físicas e culturais, portanto é necessário que seja acordado,



que os trabalhadores possam exercer atividades físicas ou culturais dentro da sua carga horária de trabalho. Foram prestados esclarecimentos sobre a conversão de tempo para aposentadoria. Finalizando, foi informado pela direção da Ascema Nacional que já houveram algumas reuniões no IBAMA para negociar os termos, para que as entidades filiadas à Ascema Nacional possam regularizar o espaço cedido para a entidade, o termo de cessão será a custo oneroso, foi protocolado no IBAMA nove cartas para o Diretor da DIPLAN, nos termos estabelecidos nas reuniões para que seja feito termos individuais já utilizando o modelo já analisado pela PFE e pelos setores responsáveis da DIPLAN/IBAMA.

XV. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DISCUTIDAS E DELIBERADAS NAS ASSEMBLEIAS NOS ESTADOS

ACRE – Tomar providências contra o aumento abusivo da GEAP; lutar pela realização de concurso público; não portariar funcionários extraquadro para fiscalização; melhorar as condições de trabalho, lutar para que se obtenha recursos financeiros para as instituições ICMBio; reivindicar ponto focal da CR-1 para o Acre; lutar pela qualidade de vida no local de trabalho; reivindicar avaliação da chefia local (ICMBio); incentivar concursados para optarem e permanecerem no Acre.

AMAZONAS – A deliberação da Assembleia ocorrida no Estado é para não haver mudança de requisito de escolaridade para os técnicos; lutar pela equiparação do vencimento básico e da GQ dos técnicos em relação aos analistas; lutar pela realização de concurso público; lutar pelo pagamento de insalubridade e periculosidade (fiscais) lutar pelo pagamento de Gratificação de Interiorização reivindicar contagem diferenciada para aposentadoria; estabelecer critérios para nomeação de cargos de confiança; criação de casa funcional; lutar por realização de eleições para o cargo de presidente do ICMBio e IBAMA; realizar auditoria interna/externa dos contratos das instituições (ICMBio e IBAMA); reivindicar política de remoção/nomeação diferenciada para a “Amazônia Legal”.

DISTRITO FEDERAL (ASSEMMA) – Lutar por redistribuição de servidores (cargo agente administrativo do plano especial de cargos do MMA-PECMA) lotados em unidades do serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente e ICMBio (Moção anexa). Incluir o debate da política ambiental na organização dos servidores. Reenquadramento do PECMA na CEMA.

ESPÍRITO SANTO – Lutar contra a indicação política para cargos de chefia nos órgãos de âmbito federal, criar seguro de vida para os servidores do Meio Ambiente, rediscutir o valor de contribuição a ser repassado à Ascema Nacional.

MINAS GERAIS – Apoiar o relatório do GT dos técnicos; lutar pela incorporação da GDAEM ao vencimento básico; Lutar por “seguro de vida” para os fiscais da área ambiental; compor o Conselho Gestor na Supes; realizar capacitação e treinamento dos servidores; criação de concurso público; manter a Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente; lutar pela revogação EC 95/2016; manter pela política salarial permanente; lutar contra a indicação política para cargos de chefia nos órgãos de âmbito federal. Paridade ativos e aposentados. Não partidariação da entidade nacional, Reformulação do estatuto, exigir que somente servidores da CEMA possam ser portariados para fiscalização.



PIAUI – Tomar providências contra o aumento abusivo da GEAP, requerer a GQ III para o nível intermediário e reivindicar horário corrido de trabalho sem interrupção (baixo consumo de energia elétrica).

GOIÁS – Rediscutir a missão do IBAMA em conjunto com outros estados; valorização do ICMBio quanto a suas atribuições perante ameaças ao órgão; negociação junto aos ou outros planos de saúde que não são tratados da mesma forma que a GEAP, UNIMED, AMIL entre outros; subsídio ou incorporação de gratificação no salário; reajuste de valores de diária; gratificações pendentes devem ser efetivadas como a GQ III e a de localização, LUTAR PELA falta de planejamento e transparência na distribuição de recursos entre as superintendências, planejamento anual com orçamento em consonância da meta institucional; participação na elaboração das metas institucionais do IBAMA, Cobrar recurso orçamentário e financeiro para proteção dos demais biomas além da Amazônia; falta de cobrança das atribuições que eram do IBAMA e passaram para os estados e não estão sendo cumpridas; falta de recursos humanos diante da demanda crescente e diminuição de equipes devido a aposentadoria; demanda do pessoal de nível técnico; equivalência de salário de 70% dos analistas; diminuindo a diferença salarial juntando com outras carreiras de outros órgãos.

MATO GROSSO – Concurso Público, lutar contra a Reforma Da Previdência. Aprovação do Relatório do GT.

RIO DE JANEIRO – atuar nas questões de retrocesso da legislação ambiental; organização do trabalho da associação; mobilização da base; levar discussões para base; importância da Ascema Nacional apoiar as entidades mais frágeis;

CEARÁ – Exigir nos contratos de serviços aéreos as atividades/operações de fiscalização maior rigor quanto às questões relacionadas a segurança dos servidores em operações; instituir o direito ao adicional de periculosidade e/ou risco para os servidores quando desenvolverem atividades em áreas de risco; remuneração dos servidores de nível intermediário equivalente a 70% da remuneração dos analistas ambientais; reajustar a remuneração dos analistas ambientais em 70%-de forma a suprir a dificuldade de acesso à GQ III pela maioria dos analistas ambientais, pela dificuldade de não liberação para o mestrado e doutorado; não participação dos fiscais nas operações da Amazônia, enquanto não forem dadas as condições de segurança durante os exercícios de suas atividades; implementação imediata da GQ III para os servidores do nível médio a que fazem jus.

TOCANTINS – Aprovação do relatório do GT; fechamento do escritório de Gurupi até dezembro de 2017 (os servidores não poderão se deslocar sem auxílio, para receber posteriormente); lutar contra o aumento abusivo do plano GEAP; segurança nas operações “onda verde”; manter os debates das negociações constantes na mesa setorial, independente da representação partidária.

PARÁ - Lutar contra a indicação política para cargos de chefia nos órgãos de âmbito federal - IBAMA; necessidade de repactuar vários contratos devido à redução de recursos financeiros ao qual está afetando as gerências de Santarém (condições críticas no prédio/infraestrutura) e Marabá nas condições de trabalho - IBAMA; reivindicar melhorias para os servidores lotados em LIC's/Núcleos integrados (Capital Belém) devido à situação de insegurança relacionada ao corte de recursos financeiros – ICMBio.

MATO GROSSO DO SUL - Reivindicação da realização de concurso público.

RONDONIA - Manter os debates das negociações constantes na mesa setorial, independente da representação partidária; Apoiar a aprovação do relatório do “Grupo de Trabalho do Nível Intermediário”.



PERNAMBUCO – Que a Diretoria Executiva eleita durante o VIII Congresso da Ascema Nacional seja composta por integrantes que representem a pluralidade dos estados da federação; Que a Diretoria a ser eleita se comprometa a continuar o processo de negociação salarial e de reestruturação da carreira incluindo a manutenção da “Mesa Setorial” já existente, com atuação permanente em defesa dos servidores e da carreira, independente do governo em exercício e sem que haja partidarização das discussões; Que Ascema Nacional promova discussões sobre o teletrabalho no IBAMA, ICMBio, SFB, MMA e insira as negociações referentes a este tema na mesa setorial já existente; Que a proposta apresentada no relatório do GT do nível intermediário seja aprovada no VIII Congresso e incorporada à proposta de reestruturação da carreira; Que Ascema Nacional promova discussões sobre a necessidade de reformulação do estatuto da entidade nacional com a inclusão da participação direta de um representante por estado na Diretoria, e não um Diretor por região; Que sejam mantidas pela Ascema Nacional as ações judiciais contra os reajustes dos GEAP além do acompanhamento da gestão do referido plano de autogestão; Que Ascema Nacional se posicione de forma contrária e repudie o PL 116/2017 proposto no senado, que estipula a demissão do servidor público com base na avaliação de desempenho; Que Ascema Nacional manifeste formalmente repúdio às indicações meramente políticas dos cargos de superintendência do IBAMA, chefes de divisão técnicas e outros correlatos que possuam “DAS” e que devem ser ocupados por servidores da carreira comprometidos com a finalidade destas instituições; Que Ascema Nacional repudie a terceirização de atividades fins, incluindo nomeação de servidores que recebem D.A.S, e, que não são da carreira CEMA/PECMA. Que Ascema Nacional cobre do IBAMA e ICMBio a definição de normatização de procedimentos institucionais de atuação dos órgãos em caso de acidentes de trabalho envolvendo servidores em atividades de campo incluindo traslados, seguro de vida, prestação de socorro e tratamento de saúde para os servidores acidentados com previsão de acompanhamento dos familiares.

SÃO PAULO –Melhorar política de mobilidade dos órgãos; Cobrar melhorias nos contratos das instituições entre eles o da internet, vigilância e limpeza; Estudo sobre a efetividade dos Planos de Ação do ICMBio e seu programa de voluntariado de maneira que fique bem definido o papel do voluntário junto ao órgão, seus direitos e deveres; Reivindicação da data base; Lutar pela normatização de atuação dos órgãos em acidentes de trabalho para toda a categoria (seguro de vida); lutar pela realização de concurso público.

RIO GRANDE DO NORTE – Lutar por concurso público; apoiar a moção (anexa) de repúdio às indicações meramente políticas dos cargos de superintendência do IBAMA.

XVI. ASSEMBLEIA GERAL: DELIBERAÇÕES, RESOLUÇÕES, APROVAÇÃO DE MOCÕES E DEBATE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO NACIONAL

16.1. ENGAJAMENTO POLÍTICO DA ENTIDADE

- ✓ Lutar pela manutenção da gestão pública de qualidade sem aceitação de retrocessos na gestão ambiental federal de modo a garantir as políticas de Estado em detrimento das políticas de governo.
- ✓ Promover maior articulação com movimentos sociais e outras categorias.
- ✓ Lutar pela revogação EC 95/2016.
- ✓ Que a Ascema Nacional oriente discussões e debates nas bases acerca dos seguintes temas:



- Reforma política;
- Propostas de combate à corrupção - propostas de leis, posicionamento contra o desmonte dos órgãos de controle do Estado, entre outros possíveis.

16.2. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- ✓ Que a Ascema Nacional se una a outras entidades para lutar contra a Reforma da Previdência.

16.3. MESAS DE NEGOCIAÇÃO

- ✓ Que a Ascema Nacional e CONDSEF continue participando das mesas de negociação existentes, considerando que elas foram conquistas da luta dos servidores para diálogo com o Estado.
- ✓ Que a Ascema Nacional promova discussões sobre o teletrabalho no IBAMA, ICMBio, SFB e MMA e insira nas negociações referentes a este tema na mesa setorial já existente, após aprovação dos servidores em uma instância da entidade.
- ✓ Melhorar as condições de trabalho e lutar pela qualidade de vida no local de trabalho.

16.4. ENTIDADES ESTADUAIS

- ✓ Orientar as entidades de base a realizar atividades políticas como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido da defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas.
- ✓ Incluir o debate da política ambiental na organização dos servidores.
- ✓ Estimular a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional.
- ✓ Buscar novas formas de agregar os servidores que estão lotados em locais isolados – desenvolver processos de participação à distância.
- ✓ Estimular as entidades estaduais a intensificar a participação nos Fóruns e movimentos em prol dos serviços públicos federais, estaduais, municipais e também nos fóruns ambientais.
- ✓ Que a Ascema Nacional busque articular a unidade nas lutas dos servidores da área sincronizando e otimizando ações propostas pelas entidades estaduais.
- ✓ Criação do Grupo de Trabalho para Formas de Mobilização e Participação de Servidores nos Fóruns: Denis Rivas (RJ), Davi Paiva (ES), Valdeneide Barbosa Trindade (AC), ficou em aberto uma vaga para o Rio de Janeiro (que será decidido pela base da Asibama-RJ e posteriormente repassado o nome).



16.5. REFORMA ESTATUTÁRIA

- ✓ Que a Ascema Nacional promova discussões sobre a necessidade de reformulação do estatuto da entidade nacional com a inclusão da participação direta de um representante por estado na Diretoria, e não um Diretor por região.
- ✓ Rediscutir o valor de contribuição a ser repassado à Ascema Nacional.
- ✓ Remeter para ser debatido no Grupo de Trabalho, o aceite/votação de “delegado ausente” em assembleia por local de trabalho.
- ✓ As Resoluções Congressuais do VIII Congresso sejam incorporadas no texto a ser proposto de alteração estatutária.
- ✓ Formação do Grupo de Trabalho para Reforma Estatutária: Rogério Eliseu Egewarth (DF), Rômulo George Sales Silveira (CE), Liliana da Silva Lincka (RN), ficando em aberto uma vaga para o Rio de Janeiro (que será decidido pela base da Asibama-RJ e posteriormente repassado o nome);

16.6. ÓRGÃOS AMBIENTAIS

- ✓ Pautar a questão do sucateamento dos órgãos ambientais com o MMA, e se posicione e articule lutas contra o corte orçamentário no ICMBio e IBAMA devido à precarização dos serviços e falta de condições de trabalho (falta de materiais básicos de escritório, limpeza, manutenção, combustível) e precarização do trabalho dos terceirizados (constante atraso nos pagamentos).
- ✓ Reivindicar ponto focal da CR-1 para o Acre.
- ✓ Cobrar a formação da composição do Conselho Gestor nas SUPES.
- ✓ Rediscutir a missão do IBAMA em conjunto com outros estados.
- ✓ Exigir capacitação e treinamento dos servidores.
- ✓ Valorização do ICMBio quanto a suas atribuições perante as ameaças ao órgão.
- ✓ Lutar contra a desestruturação das Unidades de conservação.
- ✓ Que a Ascema Nacional se manifeste pelo Fortalecimento das SUPES e CRS.
- ✓ Denunciar e lutar contra o nepotismo no MMA e vinculadas.
- ✓ Que a Ascema Nacional exija que qualquer reestruturação dos órgãos ambientais seja amplamente debatida com os servidores.
- ✓ Fazer uma análise jurídica e também buscar pela via administrativa a revogação das portarias que vedam a comunicação direta entre servidores do Ibama e do ICMBio.
- ✓ Que a Ascema Nacional se posicione pelo retorno da portaria de fiscalização que foi retirada dos analistas que trabalham no licenciamento ambiental.
- ✓ Fazer um estudo sobre a efetividade dos Planos de Ação do ICMBio.
- ✓ Debater junto aos servidores do ICMBio o programa de voluntariado do órgão.



✓ Que a Ascema Nacional se posicione contra a forma atual do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) devido aos parâmetros extremamente subjetivos da avaliação, a não possibilidade de avaliação da chefia, a falta de regularização nos procedimentos. Além de elaborar uma proposta dos servidores de melhoria da avaliação de desempenho para apresentar no MNP.

✓ Que Ascema Nacional se posicione de forma contrária e repudie o PL 116/2017 proposto no Senado, que estipula a demissão do servidor público com base na avaliação de desempenho

✓ Reivindicar horário corrido de trabalho sem interrupção (no intuito de se ter maior economia por causa do baixo consumo de energia elétrica).

✓ Exigir uma Política Institucional contra o assédio moral e sexual no âmbito do MMA e suas vinculadas.

✓ Exigir política de preparação para aposentadoria nos nossos órgãos.

✓ Que Ascema Nacional cobre do IBAMA e ICMBio a definição de normatização de procedimentos institucionais de atuação dos órgãos em caso de acidentes de trabalho envolvendo servidores em atividades de campo incluindo traslados, seguro de vida, prestação de socorro e tratamento de saúde para os servidores acidentados com previsão de acompanhamento dos familiares.

✓ Exigir dos órgãos ambientais a implementação dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

✓ Que Ascema Nacional repudie a terceirização de atividades fins.

✓ Cobrar o reajuste de valores de diária.

✓ Cobrar recurso orçamentário e financeiro para proteção dos demais biomas além da Amazônia.

✓ Lutar pela incorporação da GDAEM ao vencimento básico.

✓ Lutar contra a indicação política para cargos de chefia no IBAMA, ICMBio, SFB e MMA.

✓ Paridade ativos e aposentados.

✓ Reivindicar política de remoção/nomeação diferenciada para a “Amazônia Legal”.

16.7. LEGISLAÇÃO

✓ Que a Ascema Nacional defenda o arquivamento dos seguintes projetos prejudiciais ao meio ambiente e/ou aos trabalhadores PEC nº 65/2012, PLS nº 602, 603 e 654 de 2015, PL nº 3729/2014, PEC nº 291/2008, PEC nº 215, PLP nº 257/2016, PL nº 4330/2004, aprovado na câmara e tramitando no Senado como PL da Câmara 30/2015, o Código da Mineração, PL 7422, MP 727, PEC 241/2016 e que qualquer proposta de modificação nos temas dessas legislações só seja realizada após amplo debate na sociedade.

✓ Lutar contra a Lei nº 13301/2016, sobre a possibilidade de pulverização aérea de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves.



16.8. CARREIRA AMBIENTAL

- ✓ Que a ASCEMA Nacional elabore um documento resgatando o histórico da construção da carreira.
- ✓ Lutar pela Modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA nos termos do que foi aprovado neste Congresso.
- ✓ Lutar em defesa dos aposentados e pensionistas, assim como, pela manutenção das conquistas adquiridas.
- ✓ Reenquadramento do PECMA na CEMA.
- ✓ Lutar pela abertura de concursos públicos para os níveis: auxiliar, intermediário e superior.
- ✓ Lutar pela implementação das horas atividades para toda a carreira.
- ✓ Lutar pelo pagamento de Gratificação de Interiorização

16.9. JURÍDICO:

- ✓ Atuar de maneira a conseguir via judicial a diminuição dos percentuais de reajuste do GEAP.
- ✓ Autorização para fazer um estudo de caso em relação ao processo da Ciomara, ex-servidora do IBAMA lotada no Rio de Janeiro.
- ✓ Não será feita intervenção no sentido de defender o servidor Carlos Daniel Gomes Toni no processo de PAD que respondeu e pelo qual foi demitido (atualmente conseguiu uma liminar e retornou ao trabalho), conforme foi votado pelas assembleias ocorridas no estado de São Paulo e deliberado no Encontro dos Servidores da Área Ambiental em 2016.

16.10. PLANO DE LUTAS:

- ✓ Exigir do IBAMA e MMA a apuração das responsabilidades constantes no relatório da CGU.
- ✓ Que a Ascema Nacional oriente que as entidades de base realizem atividades políticas como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas no sentido defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas.
- ✓ Exigir do IBAMA que seja pago os valores da remoção e a mudança dos mesmos por causa do fechamento do escritório de Gurupi até dezembro de 2017 (os servidores não poderão se deslocar sem auxílio, para receber posteriormente);
- ✓ Que a ASCEMA Nacional estimule a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional.
- ✓ Ratificar e intensificar a luta pela criação das FCAs, em detrimento das FCPEs.
- ✓ Que a ASCEMA Nacional se posicione contra o ajuste fiscal.



- ✓ Manifestação contra os cortes orçamentários nos órgãos ambientais
- ✓ Participar na Campanha em defesa da auditoria da dívida pública.
- ✓ Lutar contra a falta de pagamentos de terceirizados.
- ✓ Lutar em defesa dos Centros de Pesquisa do ICMBio para que eles possam cumprir sua missão institucional.
- ✓ Busca constante de melhoria nas condições de trabalho.
- ✓ Pressão para que o reenquadramento dos servidores de nível intermediário do MMA saia do papel, sem isso, é impossível pensar em superar as desigualdades existentes entre as carreiras PECMA e CEMA.
- ✓ Lutar pela normatização de atuação dos órgãos em acidentes de trabalho para toda a categoria (seguro de vida).
- ✓ Lutar pela realização de concurso público para todos os órgãos da área ambiental.
- ✓ Melhorias de contratos das instituições.
- ✓ Reivindicação da data base.
- ✓ Negociação junto aos ou outros planos de saúde que não são tratados da mesma forma que a GEAP, UNIMED, AMIL entre outros.
- ✓ Cobrar transparência e planejamento na distribuição de recursos entre as superintendências, com planejamento anual com orçamento em consonância da meta institucional.
- ✓ Lutar por redistribuição de servidores (cargo agente administrativo do plano especial de cargos do MMA-PECMA) para serem lotados não somente em unidades do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente como também serem redistribuídos para o IBAMA e ICMBio.
- ✓ Fim das desigualdades entre servidores de nível intermediário do MMA/IBAMA/ICMBio. Em defesa do reenquadramento, da progressão e da igualdade de tratamento.
- ✓ Cobrar das instituições uma política de mobilidade condizente com a realidade dos servidores.

16.11. ELEIÇÃO DA DIRETORIA

- ✓ Eleger “Diretoria Executiva”, com mandato de até 1(um) ano.
- ✓ Convocar Congresso Extraordinário no prazo máximo de 1 ano (2018).



16.12. RESOLUÇÕES CONGRESSUAIS:

✓ É vedada a instalação de “assembleia permanente” para eleição de delegado(s) a participarem de atividades nas instâncias deliberativas da Ascema Nacional. **Aprovado por ampla maioria com 3 votos contrários e 4 abstenções;**

✓ Que as assembleias sejam realizadas em conformidade com o Edital de Convocação. **Aprovado por ampla maioria.**

✓ Manter que Diretoria se comprometa em dar continuidade no processo de negociação da categoria na “Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente”. **Aprovado por unanimidade.**

✓ Ratificar as propostas apresentadas no relatório do “Grupo de Trabalho do Nível Intermediário” – Carreira Especialista do Meio Ambiente e PECMA. **Aprovado por unanimidade.**

✓ Que não haja partidarização da Diretoria da Ascema Nacional nos encaminhamentos de luta da categoria. **Aprovado por unanimidade.**

✓ Que a contribuição mensal dos estados para Ascema Nacional seja no percentual de 10% (dez por cento), até que se defina novo percentual em uma assembleia estatutária. **Aprovado por ampla maioria, sem abstenções.**

Observação: As resoluções congressuais serão incorporadas as alterações que serão feitas no Estatuto.

16.13. MOÇÕES

Foram apresentadas Moções que vieram do Estado como é o caso da **Moção de São Paulo (Anexo 12)** durante o VIII Congresso e outras que foram aprovadas pelos delegados no VIII Congresso, como é o caso da situação do **Rio Grande do Norte (Anexo 13)** e a **Moção de Repúdio em relação à negativa de redistribuição de servidor do PECMA (Anexo 14)**.

XIX. INSCRIÇÃO E ELEIÇÃO DE CHAPAS PARA DIRETORIA EXECUTIVA:

Os Membros da Comissão Eleitoral (Titulares: Mariana Momesso (PE), Ronivaldo L. Oliveira (MG) Sandoval S. Queiroz (TO); Suplentes: Fagno Paulo da Silva Araújo (TO), Eduardo Nuber (SC), remeteram a plenária as seguintes resoluções:

Resolução nº1: Instituir Comissão Eleitoral (Anexo 15);

Resolução nº2: “Instituir em caráter excepcional a redução do prazo do mandato eletivo da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal eleito neste VIII Congresso de 2017 para o período de até um ano, contado a partir da posse”. A respectiva Diretoria deverá convocar Congresso Extraordinário para realização de novas eleições durante o prazo estabelecido de um ano, conforme deliberação desta plenária e atendendo o prazo mínimo e os requisitos estatutários para convocação (Anexo 16).

Logo após, foram apresentados os componentes da chapa “**Transição para Unidade**”, tendo como Presidente: Nicélio Acácio da Silva; Vice-Presidente: Denis Helena Rivas; Secretário Executivo: Francisco Missias Conceição Lopes; Diretoria de Comunicação: Basílio Barbosa de Oliveira Junior; Diretor de Finanças: Otávio de



Albuquerque de Andrade Lima; Diretora de Assuntos Jurídicos: Liliana da Silva Lincka; Diretora de Aposentados e Pensionistas: Maura Lazara Leão; 1ª Suplente: Maria da Conceição de Oliveira Ferreira; 2ª Suplente: Maria José Colaço Rocha; Diretor da Região Sul: Rodrigo Amaral; Suplente da Região Sul: Osmar Silva Almeida; Diretor da Região Sudeste: Vilma Moreira dos Santos; Suplente da Região Sudeste: Alana Raiza Brandão Oliveira; Diretora da Região Centro Oeste: Maria Félix Araújo; Suplente da Região Centro Oeste: Fernando Bittencourt; Diretora da Região Noroeste: Dezydéria Maria Barbosa Nery; Suplente da Região Noroeste: Josarnaldo Ramos Paulo; Diretor da Região Norte: Marcos André Martins Frade; Suplente Diretor da Região Norte: Orlando Marques. Em seguida foi colocado para regime de votação. **A chapa foi eleita com 38 votos e 1 abstenção.**

XX. ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Apresentação dos nomes para o “**Conselho Fiscal**”, tendo como titulares: Luiz Carlos Del Castilho Raiol; Margarida C. Coelho Soares Sturato; Ivone Maria Carvalho Rocha. Suplentes: Eduardo Costa de Assis, Maria da Glória Ribeiro Neves, Valdeneide Barboza de Queiroz Santos Trindade. **Eleitos com 36 votos, sem abstenções.**

Após o processo eleitoral, foram feitas as considerações finais de encerramento das atividades do VIII Congresso Ordinário da Ascema Nacional, realizado durante os dias 15, 16, 17 e 18 de agosto de 2017, na ACADEBio de Iperó/SP, com avaliação da Diretoria em relação aos desdobramentos feitos mediante as dificuldades apresentadas durante o evento. Todavia, foi ressaltada a satisfação do trabalho desempenhado durante a gestão mediante o atual cenário político, deixando um legado de contribuição e enfatizando a importância da unificação da categoria para realizar enfrentamentos aos ataques do Governo Temer, a fim de se obterem avanços nas discussões relacionadas a Área Ambiental e aos servidores públicos. A Direção parabenizou a funcionária da Ascema Nacional (Caroline C. Vilhena), destacando sua eficiência, competência, carisma e profissionalismo exercido ao longo dos anos, desempenhando sempre com muita dedicação as suas atribuições junto à entidade. As atividades deram-se por encerradas às 18 horas e 40 minutos, tendo como colaboradas na relatoria do evento, as funcionárias do SINDSEP-MG Soraia Lopes e Olmira Rocha.



A Diretoria da Ascema Nacional agradece ao ICMBio, por ter disponibilizado o espaço da ACADEBio, para ocorrer o VIII Congresso, agradecemos a parceria que tivemos no decorrer desta gestão com a CONDSEF. Por último fazer um agradecimento duplo ao SINDSEP/MG e a nossa filiada ASIBAMA/MG que foram fundamentais para podermos ter uma relatoria profissional.



ANEXOS

[Anexo 1 - Comunicado-001-VIII Congresso da Ascema Nacional-30.06.2017](#)

[Anexo 2 - Comunicado-002-VIII Congresso da Ascema Nacional-10.08.2017](#)

[Anexo 3 - Apresentação Victor Pagani do DIEESE](#)

[Anexo 4 - Carta da Asibama RJ ao VIII Congresso Ascema Nacional](#)

[Anexo 5 - Regimento Interno do VIII Congresso](#)

[Anexo 6 - Apresentação Andre Alamino \(COFIS-ICMBio\)](#)

[Anexo 7- Apresentação Renê Luiz de Oliveira \(CGFis-IBAMA\)](#)

[Anexo 8 - Relatório da Comissão sobre as entidades em processo de exclusão](#)

[Anexo 9 - Apresentação PECMA](#)

[Anexo 10 - Relatório do GT Nacional-Nível Intermediário](#)

[Anexo 11 - Relatório Conselho Fiscal para o VIII Congresso](#)

[Anexo 12 - Moção de São Paulo em apoio aos colegas do RN](#)

[Anexo 13 - Moção de apoio aos colegas do Rio Grande do Norte aprovada no VIII Congresso](#)

[Anexo 14 - Moção de Repúdio aprovada no VIII Congresso da Ascema Nacional](#)

[Anexo 15 - Resolução nr. 1 Comissão Eleitoral](#)

[Anexo 16 - Resolução nr. 2 Comissão Eleitoral](#)

[Anexo 17 - Recurso da Asibama-DF](#)